

Maia quer um superávit fiscal

Brasília — Wilson Pedrosa

O deputado César Maia propõe que o governo produza um superávit fiscal de cerca de NCz\$ 23,6 bilhões, com uma política fiscal de emergência, que prevê que os recursos excedentes de empresas e pessoas físicas sejam aplicados compulsoriamente em títulos públicos com prazo de dois anos.

Existem setores da economia que acumularam recursos financeiros significativos e que não serão investidos no processo produtivo, na avaliação do deputado e, por isso, poderiam ser utilizados pelo governo para zerar o déficit público operacional que inclui as despesas financeiras, mas desconta as correções monetária e cambial da dívida. Esses recursos seriam aplicados em títulos públicos com correção monetária pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado Financeiro) e juros, com garantias reais, como o poder de pagar impostos com esses papéis ao final de dois anos. O mesmo mecanismo seria utilizado para os títulos públicos em poder do mercado atualmente, a fim de aumentar o prazo de aplicação para dois anos e com a limitação de que cerca de 50% a 70% não poderiam ser renegociados no overnight.

O deputado propõe também a suspensão da concessão de incentivos fiscais e subsídios por um ano, a centralização de todos os caixas do setor público, inclusive das instituições financeiras oficiais sob um único comando e que os desembolsos só sejam efetuados na medida em que entrem recursos. Essas medidas visam a produzir um superávit primário que exclui as despesas financeiras capaz de cobrir justamente os gastos do governo com juros e rolagem da dívida pública.

A política cambial do programa prevê desvalorizações do cruzado novo para recuperar defasagens, igualar a taxa de câmbio para



César Maia

remessas de lucros e dividendos à praticada no câmbio turismo, redução das tarifas de importação e maior facilidade para importações. Com essa última medida, o deputado prevê que a inflação poderá cair, já que o mercado interno estaria exposto à concorrência dos produtos importados. O programa de César Maia propõe ainda a correção de preços e tarifas públicas acima da inflação para corrigir defasagens e uma redução programada da liquidez excessivo de dinheiro em circulação para que os agentes econômicos possam discutir uma política de rendas. Ao final do programa de estabilização haveria nova troca de moeda e a eliminação da correção monetária para o curto prazo.